



Alceu Mauricio Jr.

A revisão judicial das escolhas orçamentárias: a intervenção judicial em políticas públicas

prefácio

Ricardo Lobo Torres

311 páginas

ISBN 978-85-7700-224-5

Formato: 14,5 x 21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

Em *A Revisão Judicial das Escolhas Orçamentárias*, Alceu Mauricio Jr. sustenta que o Poder Judiciário pode exercer o controle sobre as decisões efetuadas no debate orçamentário, quando essas opções políticas violarem direitos fundamentais. Para o autor, a Constituição brasileira não instituiu um Estado paternalista, mas um Estado Democrático e Fiscal, de caráter subsidiário, fundado na liberdade e na dignidade humana, no qual os mínimos sociais necessários ao exercício das liberdades públicas são direitos fundamentais. Para a defesa destes direitos, o Poder Judiciário estará legitimado a exercer o controle das escolhas orçamentárias. Sempre que possível, a intervenção judicial sobre as escolhas orçamentárias deve ser realizada através do próprio orçamento, minimizando, com isso, o impacto sobre o princípio da divisão dos poderes e sobre o princípio democrático, além de promover o atendimento às normas constitucionais que regem a atividade financeira do Estado.

ALCEU MAURICIO JR.

Doutorando em Direito na PUC-Rio, onde pesquisa a transformação do Estado de Direito na Sociedade de Risco. É co-líder e pesquisador do Grupo de Pesquisa “Estado de Direito e Sociedade de Risco” (<http://riscoedireito.org/>) na PUC-Rio. Foi professor universitário e atualmente leciona em cursos de pós-graduação lato sensu. É Mestre em Direito Público pela UERJ e Bacharel em Direito pela UFBA. Coursou especialização na American University, Washington College of Law. É Juiz Federal na 2ª Região (RJ e ES), também atuando como Assessor Acadêmico da Escola de Magistratura Federal da 2ª Região. Foi Auditor-Fiscal da Receita Federal, Técnico Judiciário do TRT-Rio e Oficial da Marinha do Brasil.

SUMÁRIO DO LIVRO:

Prefácio

Ricardo Lobo Torres

Introdução

Capítulo 1

Direitos a prestações estatais, direitos fundamentais e reserva do possível

Capítulo 2

O orçamento e a efetivação de prestações estatais

Capítulo 3

A judicialização das questões políticas e orçamentárias e o princípio da divisão dos poderes

Capítulo 4

Princípio democrático e a revisão judicial da alocação de recursos no Estado

Capítulo 5

Parâmetros para a revisão judicial das escolhas orçamentárias

Conclusão

Referências

Índice